

Revolução passiva: o pretérito do futuro

ALVARO BIANCHI*

A obra de Antonio Gramsci já parece ter sido tão discutida que dispensaria um novo estudo sobre o tema. Desde a publicação, no imediato pós-guerra, dos cadernos que escreveu na prisão, a literatura sobre o tema cresceu de modo exponencial. Embora extremamente diversificada essa literatura foi, entretanto, em sua maioria marcada pela interpretação do pensamento de Antonio Gramsci difundida pelo Partido Comunista Italiano nos primeiros anos do pós-guerra. Já no prefácio de *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*, o primeiro dos volumes publicados com os escritos do cárcere, reforçava o sentido dessa reconstrução, definindo os escritos ali reunidos como “o coroamento de toda a pesquisa conduzida por Gramsci nos anos de prisão, a justificativa teórica, filosófica da impostação dada ao problema dos intelectuais e da cultura”¹. Desse modo Gramsci era justificado para o público externo como digno representante da cultura italiana, no sentido estrito da expressão.

Era necessária, entretanto, uma justificação perante o movimento comunista internacional. Assim, de modo contraditório, no mesmo *Prefácio*, citado era possível ler: “Esses escritos de Gramsci não poderiam ser avaliados e compreendidos de modo adequado, se não tivessem sido adquiridos os progressos realizados pela concepção marxista nas três primeiras décadas deste século, devido à atividade teórica e prática de Lenin e Stalin.”². A afirmação repete o grosseiro retrato construído por Palmiro Togliatti no artigo “Il capo della classe operaia italiana”, publicado em *Lo Stato operaio* em 1937, na qual Gramsci aparece (e perece) portando a “bandeira invencível de Marx-Engels-Lenin-Stalin”³. Para o secretário-

* Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp e co-editor da revista marxista *Outubro*.

¹ Antonio Gramsci, *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*. Turim: Einaudi, 1984, p. XVI.

² Idem.

³ Palmiro Togliatti, *Antonio Gramsci*. Roma: Riuniti, 1972, p. 36.

geral do PCI, Gramsci não apenas seria um portador desse estandarte como um discípulo teórico de Stalin: “Gramsci desenvolveu, de 1924 a 1926 uma atividade excepcional. São deste período os escritos de Gramsci dedicados principalmente a elucidar as questões teóricas da natureza do partido, de sua estratégia, de sua teoria e de sua organização, nos quais se sente mais forte a influência profunda exercida sobre ele pela obra de Stalin”⁴.

No contexto da difusão da obra de Gramsci no imediato pós-guerra, essa imagem permitia transformar Gramsci em um antecessor da “via italiana para o comunismo”. Assim, Togliatti, no 20º aniversário da morte de Gramsci pronuncia em discurso no Comitê Central que o PCI “soube compreender e seguir o ensinamento de seu fundador, recolheu sua herança e nela tem tido fé.” O contexto do discurso é de grande importância, pois apenas um ano antes, em seu VIII Congresso, o PCI havia formulado politicamente a especificidade dessa via e afirmado uma estratégia de avanço democrático em direção ao socialismo. A herança gramsciana se expressaria, assim, na nova política reformista do PCI, “a nossa estratégia [do PCI] e nossa tática, na luta pelo desenvolvimento da democracia italiana em direção ao socialismo”⁵.

Foi a partir dessa leitura que alguns intérpretes apropriaram-se do conceito gramsciano de revolução passiva, atribuindo-lhe um significado programático. A idéia, que esse conceito pretendia expressar na obra de Gramsci, de uma transformação molecular (gradual e reformista) da sociedade, converte-se, assim, para tais intérpretes, em estratégia política das classes subalternas, que deveria apropriar-se dessa forma do movimento político da burguesia com o intuito de subvertê-la, invertê-la ou modulá-la⁶. A estratégia gramsciana caminha, entretanto, no senti-

⁴ Idem, p. 30.

⁵ Idem, p. 131. Para Carlos Nelson Coutinho a particularidade do pensamento político de Gramsci residiria em uma concepção da transformação social na qual “a idéia de um choque frontal com o Estado” cederia lugar a “a idéia de uma ‘longa marcha’ através das instituições da sociedade civil”. Notável na reconstrução de Coutinho é o fato de que no capítulo que dedica à estratégia socialista em Gramsci em um livro dedicado ao pensamento deste, começa com o marxista sardo, mas rapidamente passe a Palmiro Togliatti, Giorgio Amendola, Pietro Ingrao e outros dirigentes do PCI. Cf. Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 157-164.

⁶ Para a idéia da “subversão” da revolução passiva, cf. Christine Buci-Glucksmann. “Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva”. In: Instituto Gramsci. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. Alberto Aggio defende a tese da “inversão” em “Inverter a revolução passiva: uma política democrática para a reforma do Estado”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 abr. 1999. A noção de “modulação” encontra-se em Luiz Werneck Vianna, *A revolução passiva. Iberismo*

do oposto dessa positivação. É uma estratégia de anti-revolução passiva. É esta a tese apresentada neste artigo.

A história como política: de Marx a Gramsci

A obra de Gramsci tem uma dimensão história e historiográfica que precisa ser destacada para uma adequada compreensão de seu pensamento. Tal dimensão se revela de modo intenso em uma tenaz tentativa de fusão entre aqueles materiais da obra de Marx que resultaram da reflexão metodológica (como, por exemplo, o *Prefácio de 1859* e *Miséria da filosofia*) e os que provêm da análise histórica e política concreta (principalmente *O 18 brumário de Luís Bonaparte*). A operação realizada por Gramsci com o objetivo de afirmar uma leitura não economicista dos textos metodológicos de Marx é levada a cabo através da mediação de seus textos históricos. Repetidas vezes, ao formular sua crítica à filosofia de Benedetto Croce, Gramsci afirmou a necessidade de avaliar seu pensamento “não pelo que pretende ser e sim pelo que realmente é e se manifesta nas obras históricas concretas”⁷.

A fórmula repete uma afirmação realizada anteriormente, num contexto muito mais esclarecedor para os problemas aqui tratados. Logo depois de criticar a pretensão de derivar toda flutuação política e ideológica como uma expressão imediata da estrutura, Gramsci recomenda combatê-la com as obras políticas e históricas concretas. E ressalta: “para isso são importantes, especialmente, o *18 Brumário* e os escritos sobre a *Questão oriental*, mas também outros (*Revolução e contra-revolução na Alemanha*⁸, *A guerra civil na França* e menores)”⁹. Gramsci é

e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1997. Carlos Nelson Coutinho, entretanto, tem se manifestado contrário a essa positivação da revolução passiva. Cf. Ver, também, Carlos Nelson Coutinho. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, pp. 220-223.

⁷ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977, pp. 1210 e 1235. Muito embora tenhamos utilizado a edição crítica organizada por Valentino Gerratana dos *Quaderni del carcere*, recorreremos com frequência, para a tradução das passagens, aos volumes já publicados da edição brasileira organizada por Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira (Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002, 6v.).

⁸ Durante muito tempo acreditou-se que *Revolução e contra-revolução na Alemanha* fosse da autoria de Marx. A obra, na verdade, foi escrita por Engels, a pedido de Marx e publicada entre 1851 e 1852 no *New York Daily Tribune*, onde Marx era correspondente. Somente em 1913, depois da publicação da correspondência de Marx e Engels, foi descoberta a verdadeira autoria desse texto. Portanto, quando Gramsci atribui a autoria a Marx no *Quaderno 7* (1930-1932), já se havia desfeito esse equívoco.

⁹ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, op. cit., pp. 871-872.

categorico ao afirmar que uma análise dessas obras permite definir melhor “a metodologia histórica marxista, integrando, iluminando ou interpretando as afirmações teóricas dispersas em todas as obras”¹⁰.

O ponto de partida desse empreendimento gramsciano é uma interpretação inovadora do famoso “Prefácio” que Marx escreveu em 1859 para a *Contribuição para a crítica da economia política*. A escolha desse texto como ponto de partida já é em si surpreendente. É sabido que a crueza das fórmulas contidas nele foram apropriadas dogmaticamente por parte do nascente movimento socialista, consolidando uma versão economicista e evolucionista do marxismo na Segunda Internacional. Fácil seria rotular o *Prefácio* como algo estranho ao corpo teórico da obra de Marx e resumir sua teoria àquelas passagens depuradas de toda contaminação. Mais difícil é proceder a uma reconstrução da teoria de Marx, *por meio desse texto*, elucidando os nexos existentes com conjunto do pensamento, de modo a rejeitar o economicismo e o determinismo que apareciam em formulações como as de Karl Kautsky.

Esse último foi o caminho seguido pelo marxista italiano Antonio Gramsci. André Tosel, em um curto e instigante artigo de polêmica com François Furet, assinalou que Gramsci interpretou as fórmulas presentes no *Prefácio de 1859* demonstrando que elas contêm “princípios, os do materialismo histórico, que asseguram um contato com a especificidade do processo revolucionário”¹¹. Esses princípios, resgatados por Gramsci e citados de memória em sua nota “Análises de situações. Relações de forças”, são os seguintes:

“1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações (verificar o exato enunciado destes princípios)”¹².

A passagem guarda certa distância do texto original de Marx, muito embora, Gramsci tenha anexado, à margem do manuscrito, uma tradução literal realizada por ele próprio. Que a citação é feita recorrendo inicialmente à memória é evidente pela própria observação recomendando consultar o texto original. Mas as modificações não podem ser creditadas unicamente às lacunas da memória e

¹⁰ Idem.

¹¹ André Tosel, Gramsci e a revolução francesa. *Novos Rumos*, São Paulo, v. 9, n. 22, 1994, p. 42.

¹² Antonio Gramsci, *op. cit.*, p. 1578.

sua interpretação é útil para esclarecer certos pontos do pensamento gramsciano. Vale a pena, portanto, comparar essa passagem com o texto de Marx:

“Jamais uma sociedade desaparece antes de desenvolver todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção superiores lhe substituem antes que as condições materiais de sua existência se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade nunca se coloca problemas que não seja capaz de resolver: considerando melhor as coisas, descobrir-se-á sempre que o problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam em vias de aparecer”¹³.

As diferenças entre os textos foram já apontadas por Nicola Badaloni¹⁴ e saltam aos olhos. Ao invés de “forças produtivas”, Gramsci utiliza a expressão “formas de vida” e aquilo que Marx chama de “condições materiais de existência” aparece no texto gramsciano como “condições necessárias e suficientes”. O tema é recorrente em Gramsci, e o *Prefácio de 1859* será citado outras vezes, fazendo referências às “condições necessárias e suficientes” e “formas de vida”¹⁵; às “condições [premissas] necessárias e suficientes” e “possibilidades de desenvolvimento”¹⁶; e às “condições necessárias” e “forças produtivas”¹⁷. “Relações de produção novas e superiores”, por sua vez, não aparece no texto do marxista italiano¹⁸.

Para interpretar essa passagem do texto gramsciano e sua relação com o prefácio de Marx, Badaloni ressalta o vínculo existente entre os dois “princípios” destacados por Gramsci e seu objeto: “a crítica da política”¹⁹. Para Gramsci os dois princípios de interpretação da crise transformam-se em regras interpretativas de uma realidade que já se encontra marcada por essa mesma crise. A ordem do enunciado gramsciano tem sua importância e não é demais destacar que estão em posições inversas às utilizadas por Marx. A primeira dessas regras produz otimismo e confiança. Ela indica a possibilidade de superação da ordem vigente. A

¹³ Karl Marx, *Œuvres. Economie I*. Paris: Gallimard, 1965, p. 275. A tradução completa do *Prefácio de 1859* por Gramsci encontra-se nos extratos dos cadernos de traduções (Antonio Gramsci, op. cit., pp. 2358-2360).

¹⁴ Nicola Badaloni, “Liberdade individual e homem coletivo em Gramsci.” In: Instituto Gramsci, *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 27-28.

¹⁵ Antonio Gramsci, op. cit. 1977, p. 455.

¹⁶ Idem, p. 869.

¹⁷ Idem, p. 1774.

¹⁸ Apenas uma vez, é citado textualmente o texto de Marx destacando “as condições materiais” e as “forças produtivas” (Idem, 1422.)

¹⁹ Nicola Badaloni, op. cit., p. 28.

segunda inspira temor e prudência. Alerta que a superação antes enunciada não ocorre de forma mecânica e sem resistência e “induz o político a não levar em conta apenas a energia que a sua ‘parte’ pode desenvolver, mas também os impulsos hegemônicos que o adversário também pode emitir”²⁰. Em outro artigo, Badaloni destaca que, no resumo gramsciano, o problema “torna-se mais geral e é visto pelo lado da subjetividade”, o que pode ser apreciado pela utilização do termo “formas de vida”, que Gramsci usa de modo bastante freqüente²¹.

As observações de Badaloni, embora não esgotem o tema, fornecem-nos importante ponto de apoio para uma adequada interpretação da apropriação gramsciana do *Prefácio de 1859*. As opções terminológicas de Gramsci têm grande importância. Ao eliminar a palavra “material” ele afasta a estrutura desse nível da análise, justamente o nível que indica o momento da passagem a outra formação social, o momento no qual esse “problema” é colocado historicamente.

Ora, se seguirmos as indicações de Tosel para quem esses dois princípios são “o princípio objetivo da contradição entre relações de produção e forças produtivas, o princípio subjetivo da maturação das condições ideológico-políticas de solução da contradição”²², veremos que a modificação introduzida pelo marxista italiano diz respeito justamente ao princípio subjetivo. Trata-se de *revalorizar*, no texto marxiano, o lugar ocupado pela intervenção humana, introduzindo o tema da vontade. O próprio Gramsci explicita o problema ao afirmar que

“a proposição de que ‘a sociedade não coloca diante de si problemas para cuja solução ainda não existam as premissas materiais’. É o problema da formação de uma vontade coletiva que depende imediatamente desta proposição. Analisar criticamente o significado da proposição implica indagar como se formam as vontades coletivas permanentes, e como tais vontades se propõem objetivos imediatos e mediatos concretos, isto é, uma linha de ação coletiva”²³.

Interpretado desta forma, o *Prefácio de 1859* tem seu conteúdo revalorizado. O resultado desse rearranjo do texto marxiano de modo a destacar aquilo que é o seu “núcleo racional” é uma poderosa ferramenta de análise capaz de elucidar as conexões existentes entre estrutura e superestrutura. De Felice destaca que o recorrente apelo de Gramsci ao *Prefácio de 1859*, justamente aquele texto que era tomado como ponto de partida de toda a leitura evolucionista e economicista por

²⁰ Idem.

²¹ Nicola Badaloni, “Gramsci: a filosofia da práxis como previsão”. In: Hobsbawm, Eric (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, v. X, 1991, p. 47.

²² André Tosel, op. cit., p. 42.

²³ Antonio Gramsci, op. cit., p. 1057.

boa parte das correntes marxistas da época, mostra que sua elaboração inscrevia-se em um debate internacional sobre o nó teoria-movimento e apresentava uma alternativa interpretativa às questões vinculadas aos materiais históricos representados pela Revolução Russa, pela derrota do movimento operário no Ocidente e pela solução capitalista à crise do capitalismo²⁴.

Elucidada esta apropriação do *Prefácio de 1859* por parte de Gramsci, voltamos à nota que motivou esta reflexão – “Análise das situações: relações de força”²⁵. Nela o “Prefácio” não é o ponto de chegada e sim o ponto de partida para o desenvolvimento de outros princípios de metodologia histórica. Gramsci ressalta que no estudo de uma conjuntura é preciso distinguir os movimentos orgânicos (permanentes) daqueles conjunturais (ocasionais, imediatos, acidentais). Durante uma crise que se prolonga durante alguns decênios, revelam-se contradições insolúveis, ao mesmo tempo em que as forças políticas que atuam na defesa dessa estrutura esforçam-se para superar essas contradições. Esses esforços constituem o terreno do ocasional. É nesse terreno do ocasional, da conjuntura, que a estrutura irá se atualizar.

Essa distinção entre movimentos orgânicos e fatos conjunturais deve se aplicar a todo tipo de situação. A ausência de uma relação justa entre ambos é um erro freqüente na análise histórico-política. Mas as conseqüências desse erro são mais graves na política do que na historiografia, na medida que, enquanto esta última tem o objetivo de reconstruir a história passada, a política almeja a construção do presente e do futuro.

Gramsci exemplifica a utilização desses critérios metodológicos através de um caso histórico concreto, o mesmo que motivou as reflexões originais de Marx: a Revolução Francesa. Tal caso é compreendido em uma escala histórica amplificada. Para extrair todas as conclusões necessárias é preciso ter em mente, afirma Gramsci, que somente em 1870-1871, com a Comuna de Paris, esgotaram-se historicamente todas as possibilidades históricas que vieram à luz em 1789²⁶. As contradi-

²⁴ Franco De Felice, “Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci”. In: Instituto Gramsci, *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1978, p. 197.

²⁵ Para as importantes modificações promovidas por Gramsci no texto inicial desta nota, apresentado no § 38 do *Quaderno 4*, escrito em outubro de 1930, e os §§ 17-18 do *Quaderno 13*, com a versão que aqui citamos, redigidos entre outubro e dezembro de 1933, ver Giuseppe Cospito. *Struttura e sovrastruttura nei “Quaderni” di Gramsci*. *Critica Marxista*, Roma, nº 3-4, pp. 98-107, mag.-ago. 2000.

²⁶ “Não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os grupos novíssimos que acreditam já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789 e demonstra, assim, sua vitalidade em confronto com o velho e em confronto com o novíssimo” (Antonio Gramsci, op. cit., pp. 1581-1582).

ções internas à estrutura francesa se manifestaram em longo prazo, em um período histórico marcado por transformações que se processam através de ondas com um comprimento cada vez maior: 1789, 1794, 1799, 1804, 1815, 1830, 1848, 1870. O estudo dessas ondas sucessivas permitiria, segundo Gramsci, “reconstruir as relações entre estrutura e superestruturas, de um lado, e, de outro, as relações entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura”²⁷.

O que nos leva à análise das relações de força propriamente ditas e às mudanças dessas relações. Gramsci distingue três momentos dessas relações, expressando três níveis de análise diferentes, com seus diferentes graus de abstração.

1) Uma correlação de forças vinculada à estrutura objetiva e que pode ser apreciada com os “métodos das ciências exatas ou físicas”²⁸. Sobre a base desta estrutura, do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, erguem-se os grupos sociais, cada qual representando uma função e ocupando uma posição dada na produção. Neste nível, a classe existe objetivamente. Localiza-se, aqui, uma “realidade rebelde”, mas essencial para verificar se existem na sociedade, ou se podem se desenvolver nela, as *condições necessárias e suficientes* para sua transformação. Ou seja, ela permite verificar o realismo, a atualidade e o grau de adequação das ideologias nascidas sobre o solo dessa realidade rebelde e das contradições geradas em seu desenvolvimento.

2) Uma correlação de forças política, que estima o grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos vários grupos sociais. Aqui podem ser apreendidos os diversos momentos da consciência política coletiva, momentos que se combinam horizontal e verticalmente, nacional e internacionalmente, criando arranjos originais e historicamente concretos. Estes momentos são:

a) econômico-corporativo: “percebe-se a unidade homogênea e o dever de organizá-la, a unidade do grupo profissional, mas ainda não a do grupo social mais amplo”²⁹;

b) solidariedade de interesses de todos os membros do grupo social, mas ainda no terreno meramente econômico: a questão estatal ainda não se coloca;

²⁷ Antonio Gramsci, op. cit., p. 1582.

²⁸ Idem, p. 1538. “O conjunto das forças materiais de produção é o elemento menos variável no desenvolvimento histórico, é aquele que uma e outra vez pode ser identificado e medido com exatidão matemática, que pode dar lugar, portanto a observações e a critérios” (Idem, p. 1443).

²⁹ Idem, pp. 1583-1584.

c) fase estritamente política: indica a passagem da estrutura à esfera das superestruturas complexas. É o momento da criação da “hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”³⁰.

3) Uma correlação de força militar, o imediatamente decisivo em cada caso. Também aqui podemos distinguir dois momentos: técnico-militar e político-militar.

Falávamos de graus de abstração diferentes. Mas para além de uma lógica da exposição temos uma lógica do próprio movimento histórico. O esquema aqui desenvolvido é simétrico àquele desenhado pelos dois princípios expressos pelo *Prefácio de 1859* tais quais apresentados por Gramsci. Os três níveis dizem respeito a graus diferentes de intervenção da vontade humana. No primeiro nível temos o movimento da estrutura a se impor, a “realidade rebelde”, independente da ação imediata dos sujeitos históricos. É o princípio objetivo da contradição entre forças produtivas e relações de produção; uma definição *epocale*. Mas é no terceiro nível, naquele no qual ocorre o choque direto entre os sujeitos sociais, que essa contradição encontra sua solução. Este é o nível da realização da vontade como “consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama real e efetivo”, o nível da revolução³¹.

O movimento histórico, dirá Gramsci, oscila, constantemente, entre o primeiro e o terceiro momento da correlação de forças através da mediação do segundo momento, o da correlação de forças política. Nível no qual ocorrerá a passagem “da estrutura às superestruturas complexas” e que nos conduz à discussão que apresenta sobre o Estado e suas crises.

A revolução passiva como passado

Quando Gramsci discute as possibilidades de resolução da crise o faz a partir dos materiais históricos concretos que tem à disposição: a Revolução Francesa; a história italiana, particularmente o *Risorgimento*; a experiência dos conselhos turineses; e a Revolução Russa. Toma, portanto, como ponto de partida uma história das revoluções. Ao discutir o passado tem em vista o presente. Lembremos que filosofia, história e política encontram-se profundamente interligadas em seu pensamento, ou melhor, lembremos a dimensão política da história e da filosofia e que a política faz a história e a filosofia.

³⁰ Idem, p. 1584.

³¹ Idem, p. 1560. É sintomático que em seu ensaio sobre a análise de conjuntura em Gramsci, Portantiero suprime, sem maiores explicações, esse terceiro momento da correlação de forças. É a própria revolução que é suprimida. Ver Juan Carlos Portantiero, *Los usos de Gramsci*. Mexico D. F.: Folios, 1987, pp. 177-193.

Mas qual é, exatamente, o presente que tem em vista? É, sem dúvida, o presente da revolução. Da Rússia soviética e do seu destino, em primeiro lugar; das possibilidades concretas de construção de uma alternativa socialista. Mas também da revolução italiana e da luta contra o fascismo, valorizando aquilo que reflete a especificidade da península bem como a dimensão universal em sua história. Seu presente é o da complexa situação européia do pós-guerra, marcada pela Primeira Guerra Mundial, pela Revolução Russa, pela crise de 1929 e pelo surgimento e expansão do fascismo. É do conjunto desses materiais históricos que o marxista sardo extrairá o conceito de revolução passiva, reformulando-o e destacando suas múltiplas dimensões: histórica, filosófica e política.

Primeiro a revolução passiva como cânone de interpretação da história italiana, como ferramenta interpretativa da constituição do capitalismo nessa porção da Europa. É sob esta ótica que deve ser compreendida a retomada da idéia de “revolução passiva” presente na obra de Vincenzo Cuoco. Em seu *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*, Cuoco lança mão dessa idéia para descrever as revoluções nas quais a iniciativa não se encontra nas mãos do povo, ao contrário das revoluções ativas, mais eficazes, nas quais este “dirige prontamente a si próprio àquilo que mais de perto lhe interessa”³².

A apropriação que Antonio Gramsci faz desse tema é, na verdade, uma reinvenção, uma reconstrução, enfim, um novo tema. Retirado da problemática original, o conceito de revolução passiva ganha no pensamento gramsciano um novo conteúdo. De certa forma, pode-se dizer que ao retomar temas anteriormente trabalhados por outros autores, o que Gramsci faz de maneira recorrente, são redefinidas as perguntas que eles fizeram, perguntas que, por sinal, não eram apenas de seus autores, mas as perguntas de seu tempo. Mudam, seguramente, as respostas. Se Gramsci retoma esses temas é porque eles são elementos centrais de um campo ideológico dominante, o que impõe uma resposta por parte de todo aquele que não quiser se divorciar de sua época³³.

Retirado de seu contexto original e reformulado, o conceito de revolução passiva ganha uma amplitude muito maior e passa a ser instrumento de interpretação de acontecimentos contemporâneos, mantendo, entretanto, uma linha de continuidade: a modernização do Estado através de uma série de reformas e guerras, procurando evitar, assim, uma ruptura revolucionária.

³² Vincenzo Cuoco, *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana del 1799*. Bari: Laterza, 1929, p. 106.

³³ Edmundo Fernandes Dias, *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 239.

Gramsci associa a fórmula cunhada por Cuoco àquela que Edgar Quinet elaborou para o caso francês: revolução-restauração. No centro da análise é colocada a ascensão da burguesia ao poder em aliança com aquelas classes que, na França, haviam sido deslocadas pela revolução. Era retomado, assim, um tema caro à tradição marxista, tema esse que aparecia em *A luta de classes na França e O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, de Karl Marx e em *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, de Friedrich Engels. A pergunta chave é: pode a burguesia ascender ao poder sem passar pelo calvário da revolução?

É esse material histórico e são essas análises de Marx e Engels, que Gramsci têm em mente quando procura nas fórmulas de revolução passiva e restauração-revolução a chave explicativa para o processo de ascensão da burguesia italiana. A comparação com o caso francês é, aqui, fundamental. Seu espectro rondava a Europa. Ela fornecia o exemplo daquilo que as classes dominantes queriam evitar. Era a revolução clássica. Para fazer a comparação Gramsci traça o seguinte quadro, relembrando a época histórica inaugurada em 1789:

1) explosão revolucionária na França com radical e violenta mutação das relações sociais e políticas; 2) oposição europeia à Revolução Francesa e a sua difusão pelos 'canais' de classe; 3) guerra da França, com a República e com Napoleão, contra Europa, primeiramente para não ser sufocada, a seguir para constituir uma hegemonia permanente francesa com tendência a formar um império universal; 4) insurreições nacionais contra a hegemonia francesa e nascimento dos Estados europeus modernos por pequenas ondas reformistas sucessivas, mas não por explosões revolucionárias como a francesa original. As 'ondas sucessivas' são constituídas de uma combinação de lutas sociais, de intervenções pelo alto, do tipo monarquia iluminada, e de guerras nacionais, com a predominância destes dois últimos fenômenos³⁴.

É sobre a possibilidade de surgimento de estados modernos através de mecanismos reformistas que recairá a atenção de Gramsci. Esse período, que tem em 1848 um de seus momentos mais importantes e que na fórmula de Edgar Quinet era associado à restauração, é considerado pelo marxista italiano como o mais rico em significados. A restauração é vista, assim, como "a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros bastante elásticos para permitir a burguesia chegar ao poder sem rupturas espetaculares, sem o aparelho terrorista francês"³⁵.

³⁴ Antonio Gramsci, op. cit., p. 1358.

³⁵ Idem.

Empreendimento esse que é bem sucedido com a derrota das revoluções de 1848. Essa derrota sepultou a era das revoluções burguesas e inaugurou uma nova época, na qual a transição “pacífica” se tornou a forma mais universalizada de ascensão da burguesia ao poder. Temos então um paradoxo: a transição considerada clássica – a francesa – não foi a mais universal.

Passemos, pois, à análise desta que foi a forma mais universal de transição ao capitalismo, a revolução passiva. O problema fundamental que coloca o conceito de revolução passiva é o da relação entre estrutura e superestrutura. Gramsci enfatiza que esse conceito deve ser rigorosamente deduzido dos dois princípios fundamentais da ciência política já citados: “1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolvem encontrarem lugar para um ulterior movimento progressivo; 2) a sociedade não assume compromissos para cuja solução ainda não tenham surgido as condições necessárias, etc.”³⁶. Tais princípios devem ser referidos aos, já citados, três momentos fundamentais da análise de relações de força, valorizando a relação de forças política (segundo momento) e político-militares (terceiro momento).

A ênfase recai, portanto, na questão das “condições necessárias e suficientes” à transformação, no princípio subjetivo da formação das vontades humanas e da organização destas em partidos e forças políticas que intervêm na realidade, formando, moldando e construindo/reconstruindo-a. Afirma Gramsci:

Sempre a propósito do conceito de revolução passiva ou de revolução-restauração no *Risorgimento* italiano, é necessário colocar com exatidão o problema que, em algumas tendências historiográficas, é denominado de relações entre condições objetivas e condições subjetivas do evento histórico. Parece que as condições subjetivas existem sempre que existem as condições objetivas, isto na medida em que se trata de simples distinção de caráter didático: logo, a discussão pode versar sobre o grau e a intensidade das forças subjetivas, sobre a relação dialética entre as forças subjetivas contrastantes³⁷.

Não se trata de um subjetivismo ou de um voluntarismo. Não são as vontades individuais as que contam, mas aquelas que assumem a forma de “fatos” ao se materializarem como forças vivas nos movimentos das classes, agindo sobre e modificando a realidade antes dada:

Sobre revolução passiva. Protagonistas os “fatos” por assim dizer e não os “homens individuais”. Como sobre um determinado invólucro político necessaria-

³⁶ Idem, p. 1774.

³⁷ Idem, p. 1781.

mente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças efetivas políticas surgem e se desenvolvem, que influem indiretamente, com a pressão lenta mas incoercível, sobre as forças oficiais que se modificam a si próprias sem perceberem, ou quase³⁸.

Do ponto de vista do grau e da intensidade dessas forças subjetivas contrastantes, quais são os pré-requisitos para a eficácia da transição sem revolução? O que dá aos quadros sociais a elasticidade necessária para a revolução passiva?

Em primeiro lugar, essa elasticidade é dada pela ausência de uma “iniciativa popular unitária” e diz respeito à impossibilidade, pelo menos momentânea, das classes subalternas assumirem o papel de classe dirigente³⁹. Tal quadro foi fornecido pela derrota das revoluções de 1848, pela expansão capitalista que tem início a partir do início da década de 1850 e pela retração que o nascente movimento operário vivenciou nas décadas que se seguiram.

Em segundo lugar, é dada pela impossibilidade das classes dominantes obterem o consenso ativo das classes subalternas através da incorporação dos interesses e aspirações dessas classes, principalmente a reforma agrária, o que implicaria a destruição da posição política e econômica das velhas classes feudais. Em Gramsci, este tema está diretamente conectado à análise do papel desempenhado pelos jacobinos na França e o lugar do *Partito d’Azione* no *Risorgimento*:

A proposto do jacobinismo e do *Partito d’Azione*, um elemento que deve ser colocado em primeiro plano é o seguinte: que os jacobinos conquistaram com a luta sem quartel a própria função de partido dirigente; na realidade se “impuseram” à burguesia francesa, conduzindo-a a uma posição muito mais avançada do que aquela que os núcleos burgueses primitivamente mais fortes teriam desejado “espontaneamente” ocupar e ainda muito mais avançada do que as premissas históricas poderiam consentir e por isso os contra-golpes e a função de Napoleão I⁴⁰.

Esta capacidade dirigente, hegemônica, manifestada pelos jacobinos na revolução Francesa não encontrou paralelo na Itália, sequer no *Partito d’Azione*. Desde 1848, quando a classe operária aparece na França como partido independente na política o espectro que assombrava a Europa assumiu a força material da classe em movimento. O *Risorgimento* evidenciou na Itália aquilo que a França já havia demonstrado. A partir do momento em que burguesia e proletariado encontram-se, em junho de 1848, abertamente nas ruas de Paris, lutando não mais

³⁸ Idem, pp. 1818-1819.

³⁹ Idem, pp. 1324-1325.

⁴⁰ Idem, p. 2027.

lado a lado mas um contra o outro, a partir do momento em que é travada a primeira grande batalha “entre as classes em que se constitui a sociedade moderna”, nas palavras de Marx⁴¹, a burguesia muda a forma de exercício de sua hegemonia. Gramsci sintetiza isso afirmando que:

a relação de classes criada pelo desenvolvimento industrial, com o alcance do limite da hegemonia burguesa e a inversão de posições de classes progressistas, induziu a burguesia a não lutar até o fim contra o velho regime, mas a deixar subsistir uma parte de sua fachada sob a qual ocultar o próprio domínio efetivo⁴².

Ora, esse temor, não tanto aos trabalhadores urbanos, mas, principalmente, às massas camponesas, era o que fazia o *Partito d’Azione* recuar perante a revolução. Daí sua recusa a incorporar em seu programa a reforma agrária, a “lutar até o fim” e a tornar-se o centro dirigente das classes subalternas, sua recusa em exercer uma hegemonia expansiva sobre o conjunto dessas classes. O Partido de ação não conseguiu ser “jacobino”, dirá Gramsci. Ou seja, não conseguiu soldar através de um programa orgânico que expressasse uma nova força social e rompesse os laços que ligavam os camponeses aos diversos estratos legitimistas e clericais⁴³.

A ausência de iniciativa popular e de um consenso ativo não indica total passividade das massas populares e nem ausência total de consenso. O que de fato há é um subversivismo “esporádico, elementar e inorgânico” que, pelo seu primitivismo, não elimina a capacidade de intervenção das classes dominantes, muito embora fixe seus limites e imponha a necessária absorção de uma parte das demandas de baixo, justamente aquelas que não são contraditórias com a ordem econômica e política. Cria-se, assim, o consenso passivo e indireto das classes subalternas.

Consenso esse que é reforçado pelo contínuo processo de *transformismo*, de absorção molecular pelas classes dominantes dos elementos ativos tanto dos grupos aliados como dos grupos adversários, o que permitiria a elaboração de uma classe dirigente em um contexto fixado pela restauração⁴⁴. Mas esse consenso é coercitivamente fabricado, na medida em que tende à destruição da força política dos grupos subalternos através da decapitação de suas lideranças, “isto é, a desarticulação e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção

⁴¹ Karl Marx, “Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850”. In: *Obras fundamentales de Marx y Engels. Las revoluciones de 1848*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, v. 5, 1985, p. 333.

⁴² Antonio Gramsci, op. cit, 2033.

⁴³ Idem, p. 2024

⁴⁴ Dora Kanoussi e Javier Mena. *La revolución pasiva: una lectura a los Cuadernos de la Cárcel*. México D.F.: Universidad Autónoma de Puebla, 1985, p. 98.

dos seus dirigentes, seja disfarçadamente, seja, em caso de perigo emergente, abertamente para lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias”⁴⁵.

Nesse processo, ocorre a unidade entre as antigas classes feudais, que deixam de ser dominantes embora permaneçam “governantes”, e a nascente burguesia. Sem serem liquidadas como um conjunto orgânico essas classes feudais perdem suas funções econômicas predominantes e se convertem em “castas” com características culturais e psicológicas próprias. Castas que fornecerão boa parte do pessoal especializado, os intelectuais no sentido gramsciano, para que o Estado assumira o papel de dirigente, não do conjunto da sociedade, o que seria nesse quadro impossível, mas das classes dominantes:

Este fato é da máxima importância para o conceito de “revolução passiva”: ou seja, que um grupo social não seja o dirigente de outro grupo social, mas que o Estado, ainda que limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente e possa colocar à disposição deste um exército e uma força político-diplomática⁴⁶.

A revolução passiva é, desta forma, o exercício de uma hegemonia restrita, uma hegemonia burguesa em um período histórico no qual esta classe já perdeu a capacidade de assimilar a seu projeto as classes subalternas⁴⁷. A revolução passiva não é hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado.

O *locus* dessa unidade entre as antigas classes feudais e a burguesia é o Estado. De tal maneira que a história dessas classes passa a ser, essencialmente, uma história do Estado e dos grupos de Estado. Uma história que é resultado das relações orgânicas que se estabelecem entre sociedade política e sociedade civil, ou seja, que derivam da ampliação do próprio Estado e do seu conceito⁴⁸.

⁴⁵ Idem, p. 1638. Gramsci tem sempre em mente a absorção das lideranças do *Partito d’Azione* pelos moderados. Lembrar a frase magistral de Vittorio Emanuele II: “Il Partito d’Azione noi l’abbiamo in tasca” (Idem, pp. 1782 e 2010). Para as análises sobre o transformismo feitas por Gramsci em seus escritos da juventude ver Edmundo Fernandes Dias, op. cit..

⁴⁶ Antonio Gramsci, op. cit., p. 1823.

⁴⁷ Sobre a distinção entre as formas burguesa e proletária da hegemonia ver Valentino Gerratana, op. cit., pp. 119-126.

⁴⁸ Antonio Gramsci, op. cit., p. 2287.

A revolução passiva como presente

Para Gramsci, o papel desempenhado pelo liberalismo conservador do século XIX encontrava paralelo naquele que o fascismo estava a desempenhar e não era à toa que em seus primórdios este se reivindicasse como sucessor da direita histórica. O fascismo e a luta contra ele ocupam lugar de destaque no pensamento gramsciano. Nesse sentido, sua reflexão na prisão desenvolverá temas tratados por ele anteriormente na qualidade de dirigente ativo do Partido Comunista italiano.

Já no período pré-carcerário, Gramsci vinculará intimamente o tema do fascismo à análise da crise social e política do pós-guerra. Em seu informe ao Comitê Central de agosto de 1924, Gramsci caracterizou o fascismo como o resultado de um “determinado sistema de relações de força existente na sociedade italiana”⁴⁹. Mas a crise que permite o surgimento do fascismo não é uma crise meramente italiana, ela é determinada por um processo mundial, é a “crise radical do sistema capitalista, iniciada na Itália, assim como em todo o mundo, com a guerra”⁵⁰.

As determinações internacionais dessa relação de forças particular são apresentadas por Gramsci em sua intervenção na Câmara de Deputados, em maio de 1925. A ascensão do fascismo não é considerada como um fenômeno puramente italiano. Ela é parte constitutiva de uma relação de forças européia e mundial que se estabelece como resultado dos desdobramentos decorrentes da crise geral do capitalismo no pós-guerra. A eleição de Hindenburg na Alemanha, a vitória dos conservadores na Inglaterra, a ascensão do fascismo na Itália e a liquidação dos partidos liberais democráticos nesses países são vistas como momentos desse mesmo processo: “Trata-se de um fenômeno de regressão histórica que não deixa nem deixará de ter conseqüências para o desenvolvimento da revolução proletária”⁵¹.

A dimensão internacional desse processo não leva Gramsci a reduzir a especificidade italiana. Na mesma intervenção destacará que a debilidade do capitalismo italiano produziu a exacerbação dessas formas reacionárias na península⁵². O tema é tratado de maneira aprofundada nas Teses redigidas por Gramsci e Togliatti para o congresso do Partido Comunista italiano que seria realizado na cidade de Lyon. A especificidade do desenvolvimento capitalista italiano e, particularmente, de sua indústria, é chave para entender a emergência do fascismo na fina análise levada nele a cabo. O texto, intitulado *La situazione italiana e i compiti del PCI* (1926), atribui à fragilidade intrínseca do capitalismo italiano a necessidade dos

⁴⁹ Antonio Gramsci. *La costruzione del Partito Comunista*. Turim: Giulio Einaudi, 1978, p. 33.

⁵⁰ Idem, p. 28.

⁵¹ Idem, p. 77.

⁵² Idem.

industriais recorreram ao compromisso econômico e político com os proprietários de terra para sobreviverem. Tal compromisso estaria baseado na solidariedade de interesses existentes entre alguns grupos privilegiados, em detrimento dos interesses gerais da produção e da maioria dos trabalhadores.

Essa debilidade econômica tem conseqüências políticas nítidas. Da mesma maneira que não consegue organizar a economia a sua imagem e semelhança, a burguesia industrial não organiza, por conta própria a sociedade e o Estado: “Para reforçar o Estado e para defendê-lo, é necessário um compromisso com as classes sobre as quais a indústria exerce uma *hegemonia limitada*, particularmente os agrários e a pequena burguesia”⁵³.

Ao invés de alterar essa dinâmica da política italiana, o fascismo a aprofundará. Nas Teses de Lyon o fascismo é definido como um movimento de reação armada “cuja finalidade é desorganizar e desmobilizar a classe operária para imobilizá-la”⁵⁴. Para tanto, ele pressupõe a unificação e centralização de todas as forças da burguesia em torno de um novo projeto italiano. O processo não é levado a cabo sem conflito e transformação das formas tradicionais de exercício do poder político e das formas até então preponderantes de constituição do compromisso entre as classes dominantes. O ataque à maçonaria, força central de todas as forças políticas tradicionais é parte dessa tentativa de unificação. Mas a unificação burguesa tem por objetivo não apenas transformar a política, como transformar a economia. Segundo as Teses, “no campo econômico, o fascismo age como instrumento de uma oligarquia industrial e agrária para concentrar nas mãos do capitalismo o controle de todas as riquezas do país”⁵⁵.

O fascismo não é, portanto, uma transformação das classes dominantes, do lugar ocupado pelas oligarquias industriais e agrárias na política italiana. Ele é uma mudança da forma através da qual essas classes constroem sua unidade. Aquilo que era, na tradição política italiana, compromisso assume, com o fascismo, caráter compulsório.

Daí o conjunto de medidas destinadas a criar, compulsoriamente, através da ação estatal, uma nova concentração industrial e agrária: a abolição dos impostos sobre heranças, o fortalecimento do protecionismo, as novas políticas financeiras e fiscais, o restabelecimento das taxas sobre os grãos, a unificação bancária, as modificações no código do comércio e os acordos para pagamento das dívidas com os Estados Unidos, temas tratados, também, em um artigo de 24 de novembro de 1925, publicado no *l'Unità*.

⁵³ Idem, p. 491, grifos nossos.

⁵⁴ Idem, p. 495.

⁵⁵ Idem, p. 496.

Mas, e isso é importante ressaltar, Gramsci não vê, no período pré-carcerário, o fascismo como uma resposta efetiva à crise da burguesia, na medida em que essa política produz contradições entre seus próprios partidários, no interior da burguesia que resiste à centralização já mencionada, e, principalmente, na pequena burguesia que acreditava ter chegado sua hora de exercer o poder. Esse juízo, que aparece explícito nas Teses de Lyon, principalmente nas passagens referentes aos fracionamentos da burguesia e à reação da pequena burguesia à dominação industrial-agrária, adquire tons ainda mais fortes em um texto de 1924, *La crisi italiana*, publicado em *L'Ordine Nuovo*. Nele, depois de afirmar que o regime fascista não havia nem detido, nem diminuído o ímpeto da crise econômica, Gramsci afirma que “a crise econômica italiana somente poderá ser resolvida pelo proletariado. Somente inserindo-se em uma revolução européia e mundial, o povo italiano poderá recuperar a capacidade de fazer valer suas forças produtivas humanas e desenvolver o aparelho produtivo nacional”⁵⁶.

Este juízo, predominante no período pré-carcerário, sofrerá uma importante inflexão nos *Quaderni*, como destacado por De Felice⁵⁷. Uma nova possibilidade é apresentada e desenvolvida por Gramsci na prisão: a solução capitalista para a crise do capitalismo. Nos *Quaderni*, a resposta burguesa à crise tem como pressuposto a derrota da classe operária mas exige, também a construção de uma alternativa na qual se articulassem economia e política, sociedade e Estado. A análise do fascismo será deslocada para a “investigação das novas relações entre Estado e sociedade civil”⁵⁸. As formas políticas da restauração (governo das massas) são, assim, vinculadas às formas econômicas (governo da economia), unificando aquilo que até então aparecia de maneira desagregada na análise. Gramsci coloca aqui, embora cautelosamente, um problema de primeira grandeza: até que ponto o fascismo, além de ser uma forma de reação anti-operária não é, também, agente da modernização do aparelho produtivo?

É neste ponto que o conceito de revolução passiva é utilizado como ferramenta para a análise do fascismo. O tema é colocado no *Quaderno 8* de maneira bastante elíptica:

Não seria o fascismo precisamente a forma de “revolução passiva” própria do século XX, como o liberalismo tinha sido no século XIX? (...) Poderia conceber-se assim: a revolução passiva se verificaria no fato de transformar “refomistamente”

⁵⁶ Idem, p. 30-31.

⁵⁷ Franco De Felice, op. cit.

⁵⁸ Christine Buci-Glucksmann. *Gramsci et l'Etat*. Pour une théorie matérialiste de la philosophie. Paris: Fayard, 1975. Buci-Glucksmann, 1975, p. 355.

a estrutura econômica individualista em economia segundo um plano (economia dirigida) e o advento de uma “economia média” entre a individualista pura e a planificada no sentido integral, permitiria a passagem a formas política e culturais mais evoluídas sem cataclismos radicais e destruidores de modo exterminador. O “corporativismo” poderia ser ou tornar-se, desenvolvendo-se, esta forma econômica média de caráter “passivo”⁵⁹.

O que aparece aqui é uma via de transformação do Estado e da economia que situando-se de maneira intermediária (“economia média”) entre o planejamento econômico e a economia de mercado, poderia promover o desenvolvimento das forças produtivas evitando, ao mesmo tempo, a revolução operária. Esta é não apenas uma solução não operária da crise (não pensada por Gramsci em 1924), como uma solução anti-operária, contra-revolucionária, portanto.

Para o marxista italiano, o fascismo poderia ser uma revolução passiva no fato de que “pela intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa na estrutura econômica do país, seriam introduzidas modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento ‘plano de produção’ sem por isso tocar (ou limitando-se somente a regular e controlar) a apropriação individual e de grupo do lucro”⁶⁰. Como programa, o fascismo unifica política e economia. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pareceria ser a forma pela qual seria possível desenvolver as forças produtivas da indústria em bases capitalistas sem provocar um deslocamento abrupto das classes dirigentes tradicionais, em um contexto marcado pela concorrência interimperialista, contexto esse no qual a desvantagem italiana era evidente.

Essa era a hipótese ideológica partilhada, tanto por Croce como pelo fascismo. A força dessa hipótese não era dada pela sua possibilidade de se transformar em realidade e sim pela sua capacidade de mobilizar e criar “um período de espera e esperanças, especialmente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa de pequenos burgueses urbanos e rurais, e conseqüentemente manter o sistema hegemônico e as forças de coação militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais”⁶¹.

A reflexão gramsciana, é cautelosa e não conclusiva, privilegiando hipóteses explicativas ao invés de esquemas generalizantes. Embora não seja conclusiva no que diz respeito ao fascismo como forma de modernização, sua reflexão localiza um aspecto importante de sua reflexão: o papel do Estado, que tem suas funções

⁵⁹ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, op. cit., p. 1089.

⁶⁰ Idem, p. 1228.

⁶¹ Idem.

econômicas potencializadas e passa a atuar como sede institucional da unificação de renda e lucro⁶².

O tema reaparecerá e ganhará uma nova dimensão na análise gramsciana do americanismo e do fordismo. Entre os pontos que listou para ordenar sua pesquisa Gramsci incluiu a revolução passiva: “ver se o americanismo pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo, já examinado, das ‘revoluções passivas’ próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma ‘explosão’, uma transformação de tipo francês”⁶³.

E é na análise da resposta capitalista à queda tendencial da taxa de lucro, que Gramsci enfocará o taylorismo e o fordismo, perguntando se “não são estes dois métodos de produção e de trabalho tentativas progressistas de superar a lei tendencial, eludindo-a com a multiplicação das variáveis nas condições do aumento progressivo do capital constante?”⁶⁴

Tentativas de superação que se manifestam primeiramente no nível do processo produtivo e da organização do trabalho, introduzindo inovações que permitirão contra-restar a pressão exercida sobre a taxa de lucro pelo aumento crescente da composição orgânica do capital. Par tal, foi necessário combinar “habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssimo) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção”⁶⁵. E é nesse sentido que Gramsci dirá que com o americanismo e o fordismo a “hegemonia nasce na fábrica”⁶⁶. Hegemonia restrita, bem entendido, ou seja, revolução passiva.

São tentativas que também se fazem sentir ao nível das superestruturas complexas. Seja porque essas transformações no universo produtivo exigem a criação de um novo tipo de trabalhador, de um novo nexó psicofísico sobre o qual Gramsci irá discurrir no *Quaderno 22*, seja porque elas requerem um Estado adequado a essas transformações. Estado esse que poderia ser, na verdade, o promotor do “americanismo” no caso italiano, ou seja, em um caso no qual a hegemonia não nascesse da fábrica:

a americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O

⁶² Franco De Felice, op. cit., p. 235.

⁶³ Antonio Gramsci, op. cit., p. 2139.

⁶⁴ Idem, p. 1312. Ver a este respeito Ruy Braga, “*Risorgimento*, fascismo e americanismo: a dialética da passivização. In: Edmundo Fernandes Dias *et alli*. *O outro Gramsci*. São Paulo, Xamã, 1996, pp. 167-182.

⁶⁵ Idem, pp. 2145-2146.

⁶⁶ Idem.

Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio. O desaparecimento do tipo semifeudal de acumulador de capitais é, na Itália, uma das condições básicas para a transformação industrial (é, em parte, a própria transformação), e não uma consequência. A política econômico-financeira do Estado é o instrumento para este desaparecimento: amortização da dívida pública, nominatividade dos títulos e maior peso da taxaçoão direta na formação da receita orçamentária⁶⁷.

O que Gramsci aponta aqui é a existência de um complexo processo político de caráter reacionário que, contraditoriamente, age no sentido de promover alterações na estrutura das classes dominantes italianas e, através do Estado, reorganizar a indústria e modernizar a economia⁶⁸. O Estado assumiria, assim, a qualidade de grupo financeiro (“holding estatal”, dirá Gramsci), coordenando a poupança pública e colocando-a à disposição da grande indústria, agindo como um investidor de médio e longo prazo, realizando aquelas funções que nos Estados Unidos foram levadas a cabo de forma espontânea pela própria burguesia⁶⁹.

Ora, tais transformações encontram-se firmemente vinculadas às relações de forças entre as classes antagônicas. A criação de um novo trabalhador implica na destruição ou transformação dos trabalhadores até então existentes, de seus movimentos sociais e de suas formas organizativas. Classes, movimentos e organizações não desaparecem ou mudam sem oporem uma profunda resistência a esses processos. Eis porque o americanismo e o fordismo não são apenas uma resposta a uma tendência econômica, como também uma resposta política à força do proletariado expressa na Revolução Russa. Como formas de concreção da revolução passiva são uma contra-tendência política que se exerce no campo da produção, atuando sobre o processo de trabalho⁷⁰.

Conclusão: a anti-revolução passiva como futuro

Da economia à política; da política à economia. Ou, para sermos ainda mais explícitos, da estrutura à superestrutura; da superestrutura à estrutura. Estas

⁶⁷ Idem, p. 2157.

⁶⁸ Donatella Di Benedetto, Americanismo e corporativismo in Gramsci. *Critica Marxista*, Roma, nº 3-4, pp. 88-97, mag.-ago. 2000., 2000, p. 91.

⁶⁹ Antonio Gramsci, op. cit., p. 2175

⁷⁰ Christine Buci-Glucksmann, Entrevista com Christine Buci-Glucksmann. *Revista Mexicana de Sociologia*, v. XLII, nº 1, 1980, pp. 294-295.

dimensões não se encontram divorciadas no pensamento gramsciano. Embora no percurso que vai da análise do *Risorgimento* à do fascismo, americanismo e fordismo seja possível perceber uma ênfase maior no tema da estrutura neste último bloco temático, a política continua a ocupar um lugar central.

O que a problemática da revolução passiva nos traz é uma chave interpretativa para a análise das formas de atualização da dominação capitalista no mundo contemporâneo. “O argumento da ‘revolução passiva’ como interpretação da idade do *Risorgimento* e de toda época complexa de mudança histórica”, dirá Gramsci⁷¹. Processos esses que se desenvolvem na articulação da economia e da política. Com o conceito de revolução passiva, Gramsci procuraria “interpretar não somente a ascensão e consolidação do bloco histórico burguês, mas, também, a defesa de suas condições fundamentais de existência e de princípio: a primazia da política-hegemonia burguesa na direção do processo produtivo, do próprio Estado e, portanto, da cultura”⁷².

Chave interpretativa do programa da burguesia. Crítica desse programa. É isto o que o conceito pretende fornecer e não um guia positivo de ação, como na versão de Benedetto Croce. A fórmula de revolução passiva, que em Vincenzo Cuoco possuía um valor de advertência e em Gramsci era critério de interpretação, transformou-se, para uma importante corrente intelectual e política italiana, em uma concepção positiva, uma moral e um programa político⁷³. A possibilidade de uma transição sem revolução fascinou esses intelectuais que viam nela o passaporte de entrada da península italiana na modernidade capitalista.

Expoente da intelectualidade italiana, inspirador das correntes revisionistas alemã e francesa, Croce será criticado por Gramsci devido a sua moderação política, “que estabelece como único método de ação política aquele no qual o progresso, o desenvolvimento histórico é o resultado da dialética de conservação inovação”⁷⁴. Em linguagem moderna, dirá o marxista italiano, tal forma de historicismo se chama reformismo⁷⁵.

A moderação política de Croce transparece em seus ensaios históricos, principalmente em *Storia d'Europa* e *Storia d'Italia*. Neles, suas narrações têm início a partir de 1815 e 1871, ou seja, a partir do próprio momento da restauração. “Alla

⁷¹ Idem, p. 1827.

⁷² Dora Kanoussi e Javier Mena, op.cit., p. 126.

⁷³ Antonio Gramsci, op. cit., p. 1220.

⁷⁴ Idem, p. 1325. Para a relação entre Benedetto Croce e as correntes revisionistas de sua época ver Antonio Gramsci, op. cit., pp. 1213-1214. O tema é desenvolvido por Edmundo Fernandes Dias, op. cit.

⁷⁵ Idem.

fine dell'avventura napoleonica" é assim que Croce começa a *Introduzione ad una storia d'Europa nel secolo decimonono*⁷⁶. O momento da luta é suprimido da história, ficando fora dela "o momento no qual se elaboram e agrupam e alinham-se as forças em contraste, o momento em que um sistema ético-político se dissolve e outro se elabora a ferro e fogo, no qual um sistema de relações sociais se desintegra e decai e outro sistema surge e se afirma, e, pelo contrário"⁷⁷. Na história de Croce só tem lugar o momento de expansão cultural, ou ético-político, no qual os grupos dirigentes já consolidaram sua dominação.

A depuração que Croce produz na história tem, segundo Gramsci, o objetivo de criar um movimento ideológico correspondente àquele da época da restauração, ou seja, um movimento que permita a ascensão da burguesia sem lançar mão da forma jacobino-napoleônica, satisfazendo as demandas populares em pequenas doses, através do estrito cumprimento da lei, salvando, dessa forma, as velhas classes feudais e evitando a reforma agrária e o levante das massas populares. Assim, por uma dessas ironias da história, Croce, chegou a contribuir com o fortalecimento do fascismo, fornecendo-lhe uma justificação ideológica.

O levante das massas populares. Esse continuava a ser o espectro que rondava a Europa. Temor atualizado. Não se tratava mais do medo às hordas *sans-culottes*, inaugurado pela revolução Francesa, e sim o pavor provocado pelo moderno proletariado, medo esse que, se não foi criado, foi, sem dúvida nenhuma, elevado à enésima potência pela Revolução Russa.

A concepção positiva da revolução passiva, afirma o marxista italiano, baseia-se em um erro filosófico de origem prática: a pressuposição mecânica de que no processo dialético "a tese deve ser 'conservada' pela antítese para não destruir o próprio processo, que, portanto, é 'previsto' como uma repetição infinita, mecânica, arbitrariamente pré-fixada"⁷⁸. Tal concepção não só restringe a amplitude da transformação social, colocando arreios na história, como define, de antemão, o que deve ser preservado da antiga forma social e política.

Essa forma de ver o processo dialético é própria dos intelectuais, afirma o marxista italiano. Estes concebem a si mesmos como árbitros de toda luta política real, como personificações da passagem do momento econômico-corporativo ao momento ético político, em suma, como a própria síntese do processo dialético. Ora, dirá Gramsci, "na história real, a antítese tende a destruir a tese, a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer a priori o que da tese será 'con-

⁷⁶ Benedetto Croce, *Introduzione ad una storia d'Europa nel secolo decimonono*. Bari: Laterza, 1931, p. 7.

⁷⁷ Antonio Gramsci, *op. cit.*, p. 1227.

⁷⁸ Idem, p. 1221.

servado' na síntese (...) Que isso ocorra de fato é questão de 'política' imediata, porque na história real o processo dialético se esmiúça em momentos parciais inumeráveis⁷⁹.

O anti-Croce gramsciano só é filosófico na medida em que é também político. Ou melhor, ele é político e por isso, também é filosófico: "Daí luta contra o morfinismo político que exala de Croce e de seu historicismo"⁸⁰. Gramsci rejeita, portanto, toda leitura positiva da revolução passiva e destaca uma utilização do conceito como critério de interpretação: "Portanto, não teoria da 'revolução passiva' como programa, como foi nos liberais italianos do *Risorgimento*, mas como critério de interpretação na ausência de outros elementos ativos em modo dominante"⁸¹. Se a revolução passiva não é, senão o próprio reformismo molecular da burguesia, a anti-revolução passiva é, para Gramsci, o anti-reformismo. A luta contra a revolução passiva é, dessa maneira, uma luta contra as formas atuais de exercício da política. A anti-revolução passiva exige, para Gramsci, uma "antítese vigorosa"⁸², capaz de destruir a tese através da atividade do antagonista.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.